

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE**

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 68

**A POBREZA NO CEARÁ:
O TAMANHO DO DESAFIO E UMA PROPOSTA**

Eveline Barbosa Silva Carvalho¹
André Oliveira Ferreira Loureiro²
Jimmy Lima de Oliveira³
Daniel Cirilo Suliano⁴
Débora Gaspar Feitosa⁵
Raquel da Silva Sales⁶

**Fortaleza-CE
Janeiro/2010**

¹ Diretora do IPECE, Ph.D. Economia Aplicada *University of Illinois*.

² Doutorando em Economia *University of Edinburgh*.

³ Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC/IPECE. Doutorando em Economia CAEN-UFC.

⁴ Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC/IPECE. Doutorando em Economia CAEN-UFC.

⁵ Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC/IPECE. Doutora em Economia CAEN-UFC.

⁶ Técnica em Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC/IPECE. Mestre em Economia CAEN-UFC.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Desirée Custódio Mota Gondim – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretora Geral

A Série textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo a divulgação de estudos elaborados ou coordenados por servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de temas de interesse do Estado. As conclusões, metodologia aplicada ou propostas contidas nos textos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista ou o endosso do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, da Secretaria de Planejamento e Gestão ou do Governo do Estado do Ceará.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará é uma autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará que tem como missão disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAG – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

ISSN: 1983-4969

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. Números da Pobreza no Ceará	5
3. Uma Proposta para Reduzir a Pobreza: Crédito e Capital Social	13
4. Argumentos para o Foco em Crédito e Capital Social	16
5. O Direcionamento da Proposta Piloto para os 10 Municípios com menor IDM	17
6. Operacionalização da Proposta Piloto de Redução da Pobreza	22
7. Considerações Finais	24
Referencias Bibliográficas	26
Anexos	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Proporção de Pobres e Indigentes – PNAD 2008	6
Gráfico 2: Número de Pobres e Indigentes - Ceará – 2008.....	6
Gráfico 3: Proporção de Pobres e Indigentes por região de moradia	7
Gráfico 4: Renda Domiciliar per capita Média segundo a Condição de Pobreza	8
Gráfico 5: Renda Domiciliar per capita Média por Região de Moradia, Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008.....	9
Gráfico 6: Número Médio de Anos de Estudo das Pessoas de 25 Anos ou mais segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008	9
Gráfico 7: Número Médio de Anos de Estudo das Pessoas de 25 Anos ou mais por Região de Moradia, Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008	10
Gráfico 8: Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais Abaixo da Linha de Pobreza pelo Número Médio de Anos de Estudo – Ceará – 2008	11
Gráfico 9: Percentual de Pessoas com 18 anos ou mais com o Ensino Médio Completo Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008	11
Gráfico 10: Taxa de Ocupação das Pessoas de 10 Anos ou mais Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008.....	12
Gráfico 11: Taxa de Ocupação das Pessoas de 10 Anos ou mais por Região de Moradia, Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008	13
Gráfico 12: Taxas de Pobreza e Indigência por Faixa Etária – Ceará – 2008	14

Lista de Tabelas

Tabela 1- Taxa de Escolarização % - Ensino Médio	20
Tabela 2: Jovens de 18 a 25 anos com renda inferior a 1/2 salário mínimo nos 10 municípios cearenses com menor IDM em 2006.....	22

Lista de Figuras

Figura 1 : Mecanismo do Programa	23
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1: Programa Oportunidade para Jovens Cearenses.....	24
--	----

RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo apresentar o tamanho do desafio da pobreza no Ceará e lançar uma proposta complementar para a redução da pobreza destinada a jovens de 18 a 25 anos, faixa etária na qual se constata uma estagnação na redução das taxas de pobreza possivelmente como reflexo do programa bolsa família cujo benefício deixa de ser concedido a filhos a partir dos 18 anos. A proposta política direcionada a essa população pode auxiliar na continuidade do declínio da taxa de pobreza por permitir que jovens entre 18 e 25 anos pertencentes a núcleos familiares com ganhos per capita inferiores a $\frac{1}{2}$ salários mínimos possam sair da condição de pobres quebrando assim o ciclo da pobreza no longo prazo. A proposta estimula o empreendedorismo e se baseia na aplicação de um projeto piloto direcionado à população jovem dos 10 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM do Ceará a partir do capital humano e do crédito.

ABSTRACT

This study has the main objective of presenting the size of the poverty challenge in Ceará state and launch a proposal to poverty reduction aimed at youth from 18 to 25 years age group in which there is a continuing stagnation in the reduction of poverty rates possibly as consequence of the main governmental family grant program for which the benefit ceases to be granted to young family members aged 18 years. A proposal of policy directed towards this population is one way of facilitating the continued decline in the poverty rates and to allow young people between 18 and 25 belonging to family groups with per capita earnings of less than $\frac{1}{2}$ minimum wage to leave the poor condition and breaking down the cycle of poverty in the long term. The proposal encourages entrepreneurship and is based on the implementation of a pilot project aimed at young people of 10 municipalities with the lowest Index of Municipal Development - IDM based on human capital and credito.

1. Introdução

A pobreza é um fenômeno multidimensional que não se resume à privação de renda, mas também à limitação de capacidades e de bem-estar.

As ações para enfrentar as situações de pobreza e exclusão social devem eliminar os fatores estruturais geradores da pobreza, reduzindo a desigualdade de oportunidades, através da ampliação do capital humano dos mais pobres e de sua capacidade futura de geração autônoma de renda.

Políticas de Transferência de Renda são políticas compensatórias que devem ser priorizadas para os grupos de pessoas que têm pouca chance de sair da condição de pobreza. Transferir renda é um instrumento emergencial e que não combate as causas fundamentais do problema. A transferência de renda não significa a distribuição de dotações como é o caso da educação, da capacitação e do crédito.

A menos que os programas de transferência de renda sejam conjugados a programas que visem o desenvolvimento pessoal dos membros das famílias participantes, é grande o risco de que, ao final do prazo estabelecido para a concessão do benefício, a família retorne à situação anterior ao ingresso no programa.

De outra parte, o baixo nível educacional da população tem sido identificado como um dos principais fatores determinantes dos elevados níveis de pobreza. Nessa perspectiva, a aquisição de educação formal é um instrumento poderoso para um indivíduo evitar a condição de pobreza.

Além dos investimentos em educação, são necessários programas voltados para redistribuição de ativos produtivos aos mais pobres, buscando que eles sobrevivam numa economia de mercado e tenham capacidade de gerar sua própria renda, como programas de microcrédito e capacitação para o trabalho.

A estratégia principal de um programa desta natureza é criar meios para que os pobres possam, ao longo de certo horizonte de tempo, migrar para a condição de não pobres. Ou seja, possibilitar às famílias que estão

abaixo da linha de pobreza o ingresso no mercado de trabalho e acesso à renda e aos bens e serviços essenciais através da ampliação de investimentos em capital social, financeiro e humano.

O presente texto para discussão apresenta o tamanho do desafio da pobreza no Ceará e apresenta uma proposta para a redução da pobreza. A proposta se baseia na aplicação de um projeto piloto direcionado à população jovem dos 10 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM e cuja renda *per capita* familiar é inferior a ½ salário mínimo.

O texto está dividido da seguinte forma: além desta introdução, no capítulo seguinte é apresentando um diagnóstico da pobreza no Ceará tendo como base a PNAD de 2008. No capítulo 3 é apresentada uma proposta para redução da pobreza e no capítulo seguinte os argumentos para o foco da proposta. No quinto capítulo é apresentado um direcionamento da proposta e no sexto a sua operacionalização. Uma última seção tece as considerações finais.

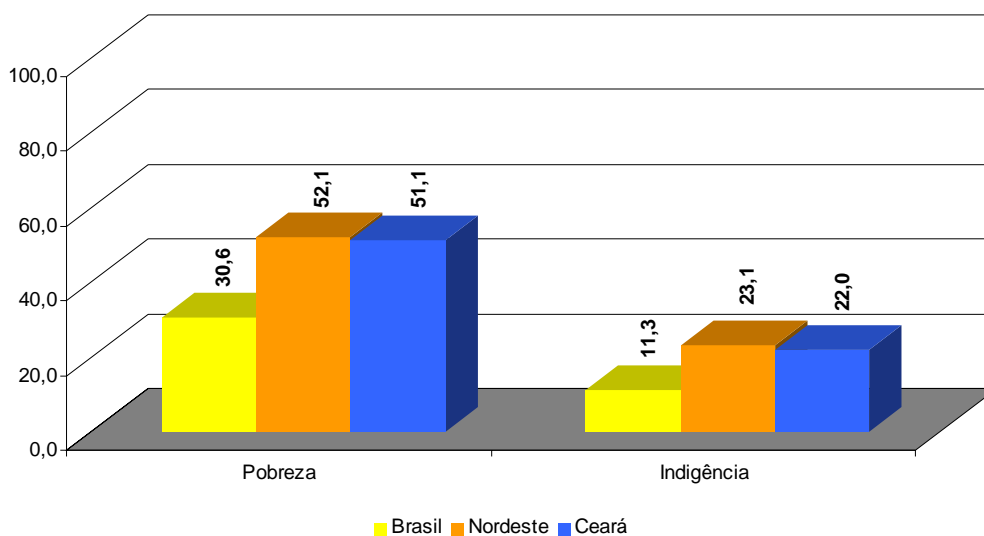
2. Números da Pobreza no Ceará

O Ceará é o terceiro estado mais populoso no Nordeste com 8.472.231 milhões de habitantes⁷. Desses, 51,1% são pobres, ou seja, possuem rendimento domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo⁸. Esse percentual é um pouco inferior ao resultado do Nordeste, com 52,1% da população formada por pobres, mas bastante superior a taxa de pobreza do Brasil que é de 30,6% (ver Gráfico 1).

Além do percentual de pobres, o gráfico 1 também apresenta a taxa de indigência, definida como a proporção de pessoas que recebem menos de ¼ de salário mínimo per capita e que representam 22% da população do Estado do Ceará (percentual também um pouco menor que o Nordeste e quase o dobro do Brasil).

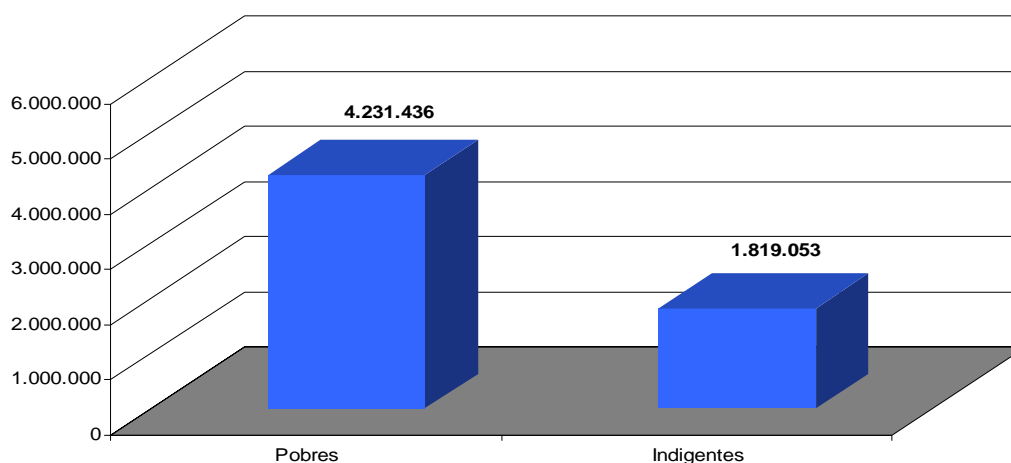
⁷ Dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ano de 2008.

⁸ O valor do salário mínimo em 2008 era de R\$ 415,00.

Gráfico 1: Proporção de Pobres e Indigentes – PNAD 2008

Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

O número de pessoas em termos absolutos vivendo abaixo da linha da pobreza é apresentado no Gráfico 2, a seguir. De acordo com os dados da PNAD, são 4.231.436 pobres no Ceará em 2008, e desses 1.819.053 são indigentes.

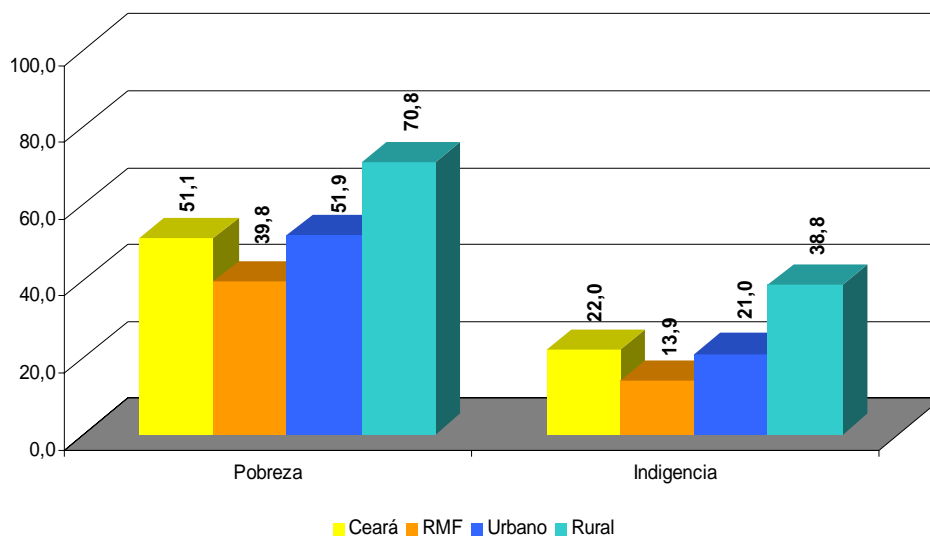
Gráfico 2: Número de Pobres e Indigentes - Ceará – 2008

Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Em relação à localização geográfica dos pobres e indigentes, o Gráfico 3 informa a proporção de pobres por região de moradia. Conforme

observado, a zona rural do Estado é a área que apresenta o maior percentual de pobres e indigentes.

Gráfico 3: Proporção de Pobres e Indigentes por região de moradia no Ceará - 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Os Gráficos a seguir fazem um comparativo entre pobres e não pobres e separam os pobres dos indigentes. Para isso, são consideradas as seguintes classificações, conforme já definido acima:

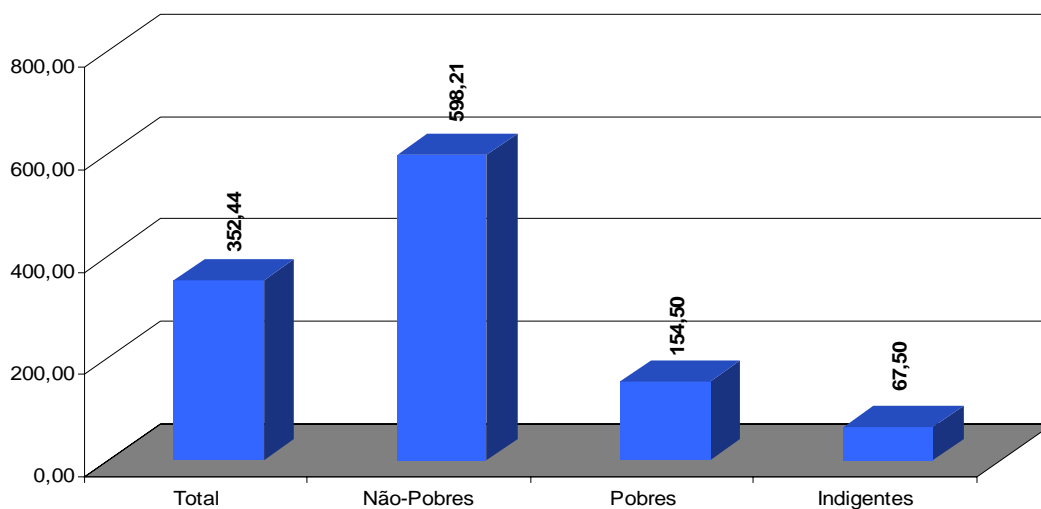
- a) Não-Pobres: Renda Domiciliar *per capita* maior ou igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo;
- b) Pobres não-indigentes: Renda Domiciliar *per capita* menor do que $\frac{1}{2}$ e maior ou igual a $\frac{1}{4}$ salário mínimo;
- c) Indigentes: Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) menor do que $\frac{1}{4}$ salário mínimo.

Essa classificação aqui adotada procura enfatizar as diferenças entre os grupos analisados em termos de características educacionais, de renda e posição no mercado de trabalho.

De acordo com o Gráfico 4, observa-se que a renda domiciliar *per capita* (RDPC) média mensal no Estado em 2008 era de R\$ 352,44. A RDPC média dos não pobres era de R\$ 598,21, já a renda domiciliar dos pobres e

indigentes ficava bem abaixo desse valor, sendo R\$ 154,50 e R\$ 67,50, respectivamente.

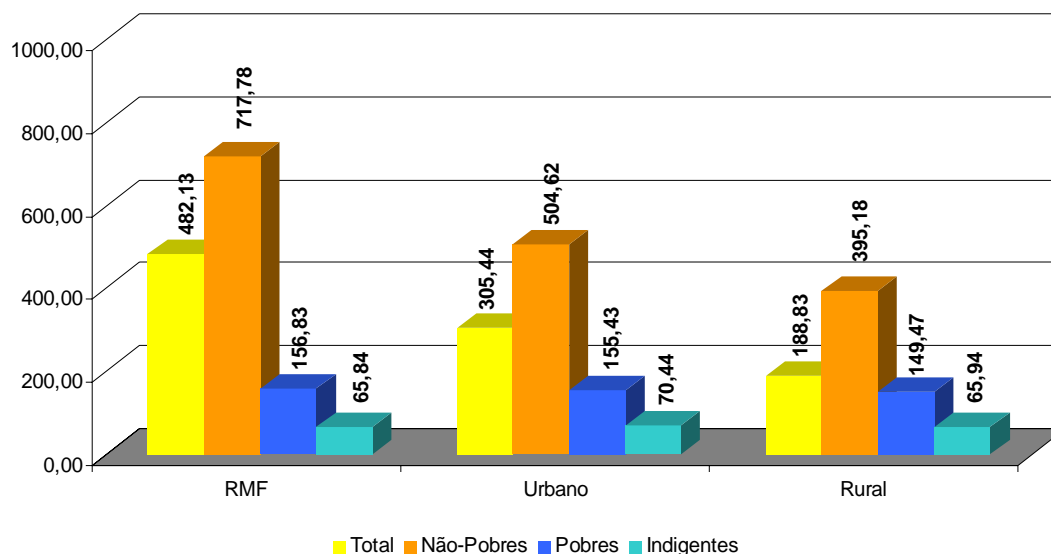
Gráfico 4: Renda Domiciliar *per capita* Média segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Além disso, a renda média da população varia de acordo com o local do domicílio conforme mostra o Gráfico 5 abaixo. Todavia, como a amplitude do intervalo de variação da renda entre os pobres é limitada pela linha de pobreza, não se observam diferenças entre as rendas médias dos pobres nas diferentes regiões de moradia. Vale ressaltar, no entanto, o aumento da disparidade de renda intra-regiões com o maior diferencial entre pobres e não pobres ocorrendo na RMF e o menor na zona rural do Estado.

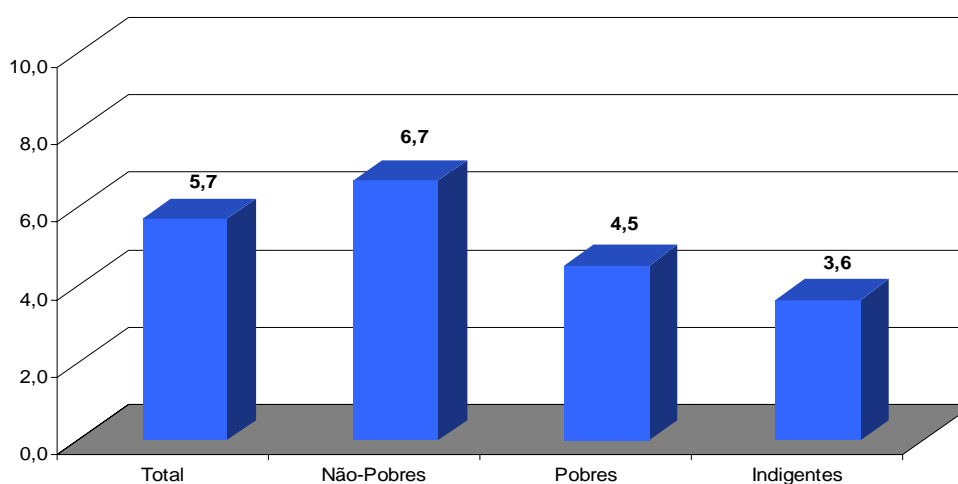
Gráfico 5: Renda Domiciliar *per capita* Média por Região de Moradia, Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Outra característica relevante é o nível educacional dessa população. Conforme o gráfico 6 abaixo, o número médio de anos de estudo da população acima de 25 anos entre não pobres, pobres e indigentes apresenta diferenças de até 3 anos de estudo.

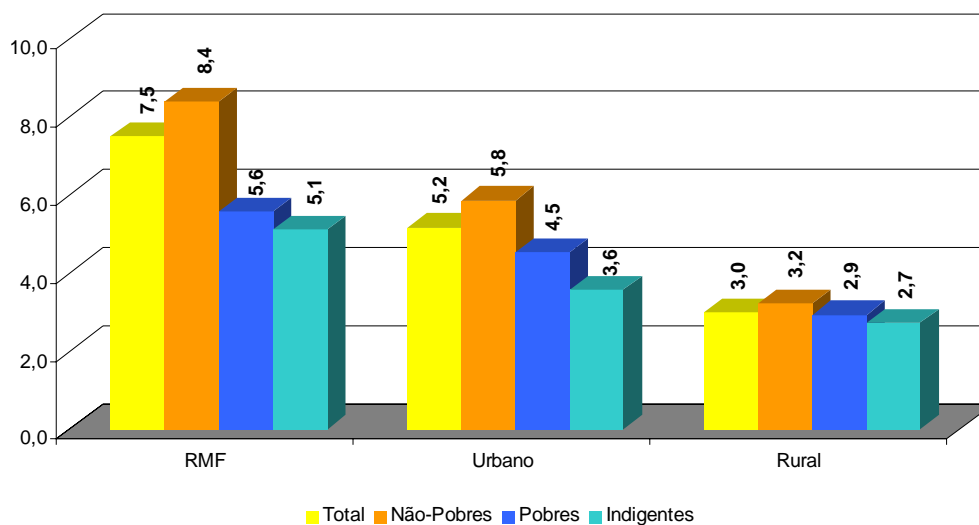
Gráfico 6: Número Médio de Anos de Estudo das Pessoas de 25 Anos ou mais segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Conforme ainda observado a partir do Gráfico 7, pode-se constatar que o número médio de anos de estudo é sempre menor para pobres e indigentes, independente da região de moradia. Percebe-se também que tanto a escolaridade média, como a desigualdade educacional entre pobres e não pobres é maior na RMF.

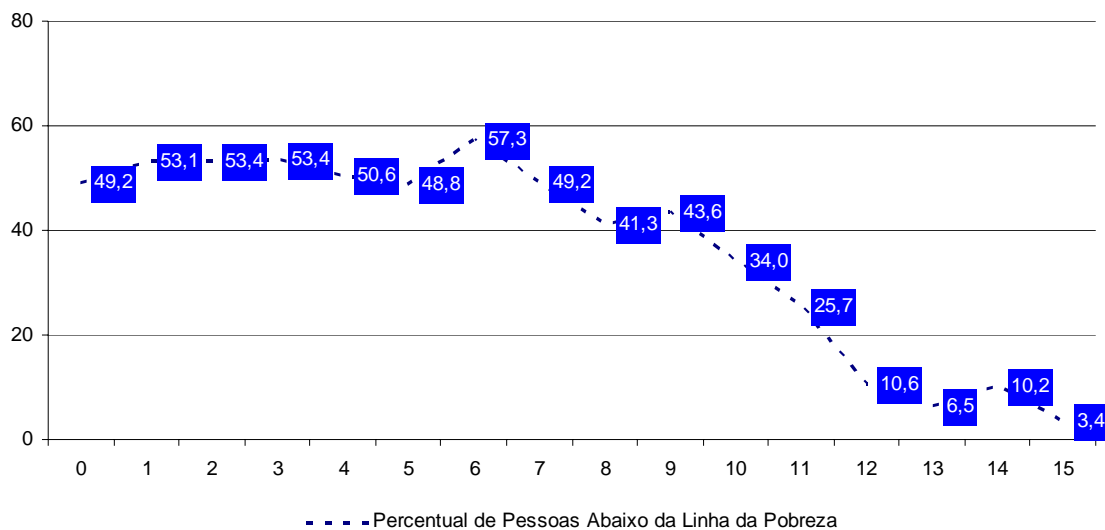
Gráfico 7: Número Médio de Anos de Estudo das Pessoas de 25 Anos ou mais por Região de Moradia, Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE

O Gráfico 8 deixa ainda mais clara a incidência da pobreza para pessoas com menor nível de escolaridade. Observa-se que a incidência da pobreza entre pessoas com ensino médio completo, ou seja, com mais de 12 anos de estudo, é de 10,6% sendo que esse percentual se reduz para 3,4% para pessoas com nível superior. Já 53,4% das pessoas com até 2 anos de estudo são pobres.

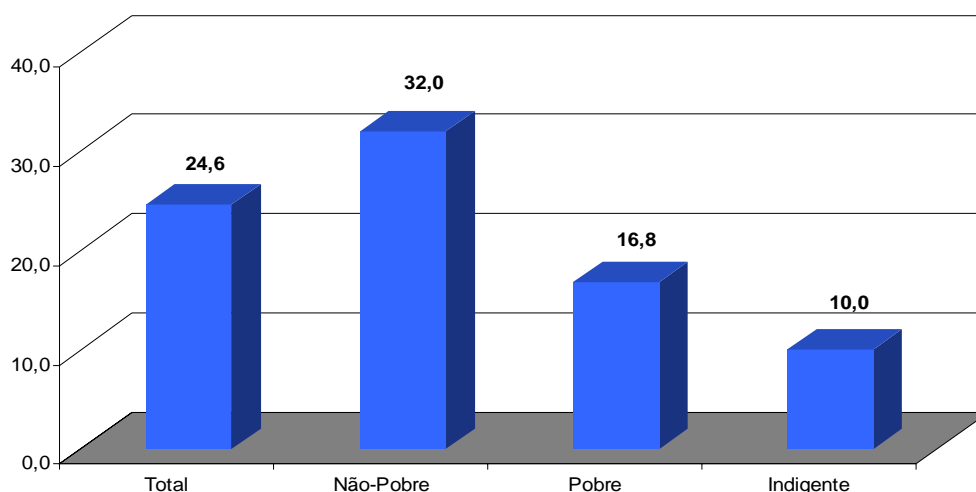
Gráfico 8: Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais Abaixo da Linha de Pobreza pelo Número Médio de Anos de Estudo – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

A relação entre escolaridade e pobreza também é verificada pelo Gráfico 9, a seguir, no qual se observa que 32% dos não pobres concluíram o ensino médio, enquanto esse percentual nos pobres é de 16,8%, e de 10% nos indigentes.

Gráfico 9: Percentual de Pessoas com 18 anos ou mais com o Ensino Médio Completo Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008



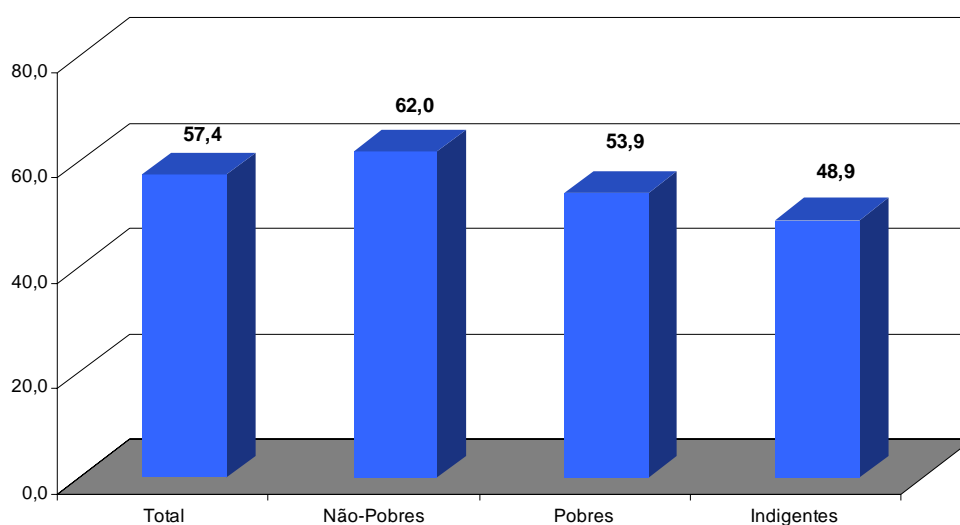
Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Dadas as atuais exigências do mercado de trabalho, a conclusão do ensino médio é condição fundamental para a obtenção de um emprego,

principalmente, nos setores mais dinâmicos da economia. A conclusão do ensino médio e a inserção no mercado de trabalho podem, portanto, representar a porta de saída da condição de pobreza.

Apesar das diferenças nos níveis educacionais e de renda em relação à posição no mercado de trabalho, não há grandes diferenças entre pobres e não pobres em termos de taxa de ocupação. O Gráfico 10 a seguir mostra o percentual de pessoas ocupadas segundo a condição de pobreza.

Gráfico 10: Taxa de Ocupação das Pessoas de 10 Anos ou mais Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008

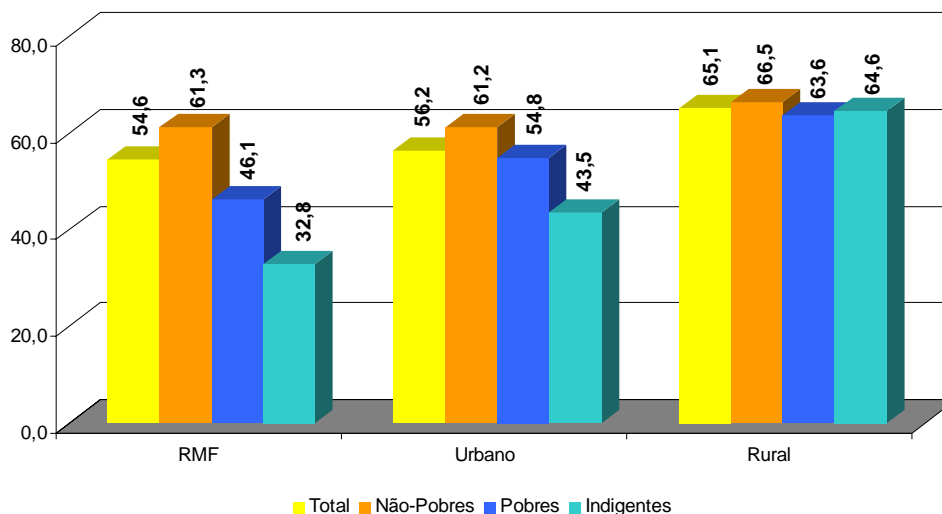


Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

Chama a atenção o elevado percentual de pessoas ocupadas entre os pobres e os indigentes. Esse resultado parece sugerir então que a principal diferenciação entre pobres e não pobres no mercado de trabalho se dá em termos da qualidade dos postos de trabalho e nas remunerações percebidas.

Quando se compara as taxas de ocupação entre as diferentes regiões, observa-se que esta é maior na zona rural, onde praticamente não há diferenças entre pobres e não pobres no percentual de pessoas ocupadas. Já na RMF e na zona urbana do Estado constatam-se diferenças na participação no mercado de trabalho entre pobres e não pobres. Esse diferencial resulta das diferenças no nível educacional, como discutido anteriormente.

Gráfico 11: Taxa de Ocupação das Pessoas de 10 Anos ou mais por Região de Moradia, Segundo a Condição de Pobreza – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

É importante destacar que enquanto na zona rural predomina a atividade agrícola de baixa produtividade, na RMF e na zona urbana estão localizados os estabelecimentos voltados ao comércio e a prestação de serviços que demandam trabalho mais qualificado. Esse resultado mostra, portanto, que a baixa escolaridade é realmente um fator de impedimento para a inserção no mercado de trabalho principalmente nas regiões mais desenvolvidas do Estado.

3. Uma Proposta para Reduzir a Pobreza: Crédito e Capital Humano

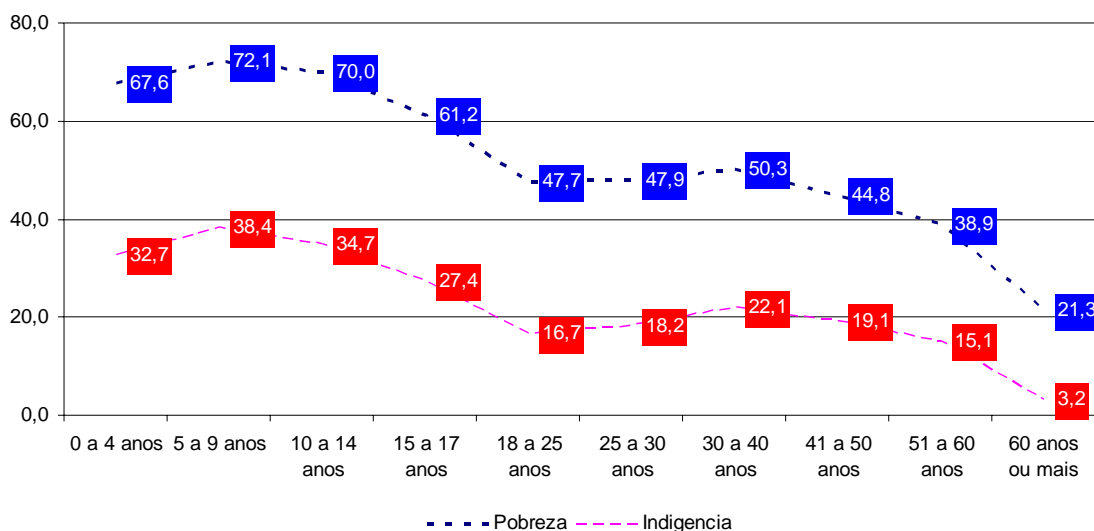
Como visto anteriormente, existem 4.231.436 de pobres no Ceará em 2008. O Gráfico 12 faz uma leitura das taxas de pobreza e indigência por faixa etária evidenciando que tanto a pobreza como a indigência apresentam declínio nas faixas etárias iniciais até aos 17 anos. Contudo, na faixa entre os 18 a 25 anos se observa uma estagnação na redução da taxa de pobreza.

Esse comportamento reflete, em grande parte, a atuação do Governo Federal através do Programa Bolsa Família - PBF, que garante o repasse de recursos para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza⁹, de acordo

⁹ No Ceará, 911 mil famílias recebem o bolsa família. Isso significa que quase 80% dos pobres do Estado recebem o benefício proveniente do Programa.

com a renda mensal *per capita* da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos.

Gráfico 12: Taxas de Pobreza e Indigência por Faixa Etária – Ceará – 2008



Fonte: Elaborado pelo IPECE a partir dos dados da PNAD/IBGE.

O jovem, na condição de filho, ao completar 18 anos de idade deixa de ser contemplado pelo PBF e, portanto, a família deixa de receber a parcela referente a ele. A partir desta constatação, pode-se perceber a importância do direcionamento de políticas públicas para a população de 18 até 25 anos de idade como forma de auxiliar a continuidade do declínio da taxa de pobreza.

O foco nessa população a partir do estímulo à capacitação e ao crédito como forma de oferecer oportunidade a jovens nessa faixa etária se respalda na nova teoria do crescimento econômico que considera o capital humano como um dos pilares mais fortes do desenvolvimento econômico. Neste sentido, a idéia é criar um mecanismo compensatório de forma que as famílias possam aumentar seus rendimentos e não ter uma perda quando os filhos completam 18 anos.

A proposta aqui elaborada tem por objetivo permitir que os membros mais jovens, na faixa etária entre 18 e 25 anos, pertencentes a núcleos familiares com ganhos *per capita* inferiores a $\frac{1}{2}$ salários mínimos possam sair da

posição de pobres a partir da inserção no mercado de trabalho quebrando, assim, o ciclo da pobreza no longo prazo.

A idéia seria o estímulo a capacitação após a conclusão do ensino médio regular em área de trabalho vocacionada do município como condição para a obtenção de valor financeiro para abrir negócio próprio ou comprar equipamento que propicie o trabalho no município onde resida. A operacionalização da proposta dependeria de parcerias com instituições de crédito e de capacitação que possuam capilaridade no Estado.

A auto-sustentabilidade da proposta é garantida tendo em vista que parte do recurso relativo ao financiamento do negócio, equipamento, etc. seria devolvido permitindo, assim, o re-investimento em demandas de outros jovens ou até dos mesmos uma vez que o cumprimento da devolução no valor e prazo devidos implica na possibilidade da obtenção de créditos maiores a exemplo do que acontece com o microcrédito. A devolução funcionaria, ainda, como avaliação dos resultados do programa.

A decisão de participar de qualquer programa é um processo de escolha de cada indivíduo elegível: jovem entre 18 e 25 anos, pertencente à família que receba renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e residente em município pertencente ao programa piloto.

A escolha, representada por E_i , depende das condições socioeconômicas do município j , S_j , das variáveis de background familiar do indivíduo i , B_i , e dos incentivos gerados pelo programa I :

$$E_i = f(S_j, B_i, I).$$

Um jovem após completar 18 anos pode decidir entre tentar entrar no mercado de trabalho, independente de seu nível de escolaridade, pode concluir o ensino médio e só depois tentar ingressar no mercado de trabalho ou tentar ingressar no ensino superior. A proposta estimula a conclusão do ensino médio além de permitir que o jovem que opte por ingressar no mercado de trabalho logo após concluir o ensino médio possa fazê-lo de forma mais segura por obter a capacitação direcionada para a área aonde

vai atuar além de crédito, promovendo assim uma verdadeira chance de cidadania e independência.

A proposta, portanto, é uma combinação de investimento em capital humano e crédito que pode ser definido da seguinte forma:

$$\lambda = \frac{\sum_i \alpha y_i}{\sum_i y_i} + C$$

em que α é o número de indivíduos elegíveis; y_i é o crédito que o indivíduo elegível a_i recebe e C é o custo administrativo do programa.

O numerador representa a soma dos benefícios e o denominador é o custo, ou seja, o custo da administração que inclui o custo de transferência pelos bancos conveniados pelo programa e da capacitação (que igualmente envolverá convênios com as entidades de capacitação profissional).

4. Argumentos para o Foco em Crédito e Capital Humano

Ao longo dos últimos anos, vem sendo atestada a importância que o microcrédito assumiu no mundo como instrumento de desenvolvimento econômico social. Muhammad Yunus, economista de Bangladesh, foi um dos pioneiros na utilização de microcrédito numa época em que uma grande crise assolava o seu país. Uma das percepções de Yunus era que barreiras ao acesso a fontes de recursos financeiros geravam exclusão dos mais necessitados o que agravava a miséria absoluta em que vivia o país [Yunus (2000)].

Essa experiência promoveu no mundo inteiro o questionamento das políticas, programas e ferramentas de combate e erradicação à pobreza, tanto em relação à estrutura engessada e burocrática dos bancos tradicionais, quanto ao acesso ao crédito pelos menos favorecidos¹⁰. A partir

¹⁰ O Anexo 2 apresenta um quadro-resumo com a experiência de diversos países com relação a implantação de programas voltados para a redução da pobreza.

de então, o sistema de fornecimento de crédito vinculado à formação de capital social e humano passou a ser utilizado com a finalidade de promover a emancipação financeira, a auto-assistência e o empreendedorismo dos mais pobres, através da concessão de microcrédito [Debetir e Fontanesi (2009)].

No entanto, cabe destacar que quando se realiza um programa dessa natureza é necessário conhecer exatamente o público alvo para maximizar os efeitos benéficos do ponto de vista social¹¹ e, também, integrar outras ações específicas, além dos empréstimos como assistência social, cursos profissionalizantes, entre outros, para que o programa atinja realmente seu propósito.

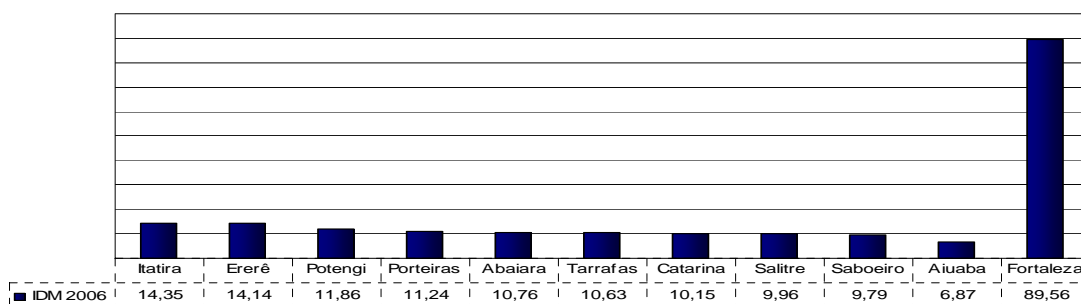
5. O Direcionamento da Proposta Piloto para os 10 Municípios com menor IDM

O Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM é calculado a cada dois anos¹² pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE e se constitui em uma ferramenta que permite a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará com base em indicadores sociais, demográficos, econômicos e de infra-estrutura de apoio, o que concede a possibilidade de acompanhar a evolução do desenvolvimento dos municípios (ver Anexo 1).

De acordo com esse índice, é possível identificar dentre os 184 municípios do Estado os 10 municípios que apresentam piores condições de desenvolvimento e o compará-los com Fortaleza, que possui o maior IDM, conforme mostra o Gráfico 13 a seguir.

¹¹ Yunus (2000) delimitou seu público alvo concentrando os empréstimos do Banco Grameen para as mulheres. Segundo ele às pressões sociais, econômicas e os males da pobreza as atingem com mais intensidade, bem como considera que as mulheres se revelam mais combativas.

¹² O IPECE disponibiliza em seu site as publicações do IDM.

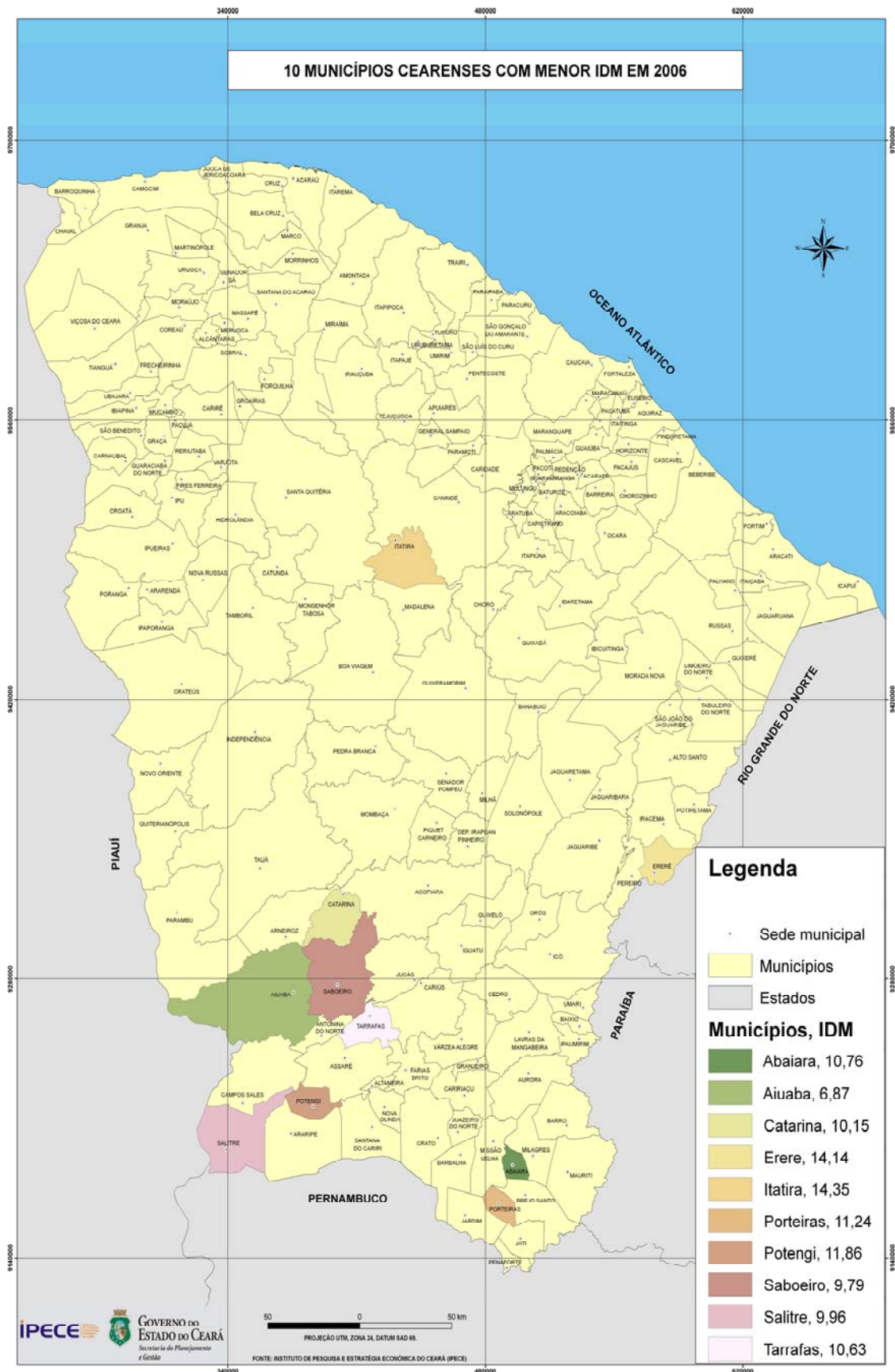
Gráfico 13 - Os 10 municípios Cearenses com Menor IDM em 2006

Fonte: IDM 2006 – IPECE

Conforme observado, o município de Fortaleza possui o maior IDM no Estado em 2006, correspondente a 89,56, sendo o município que apresenta grandes disparidades em relação aos demais no que tange a diversos indicadores contemplados no presente índice.

Analisando os 10 municípios com piores índices de desenvolvimento municipal, percebe-se que seis deles situam-se na região sudeste do Estado, dois estão situados ao sul, Abaiara e Porteiras, um na região central, Itatira, e o município de Ererê mais ao leste. O mapa a seguir traz um retrato dos municípios mencionados com sua localização e fronteiras.

Figura 1 - Mapa dos 10 municípios Cearenses com Menor IDM em 2006



Na Tabela 1 a seguir são apresentadas as taxas de escolarização do ensino médio dos 10 municípios com menores IDM de acordo com os dados obtidos do Perfil Básico Municipal.

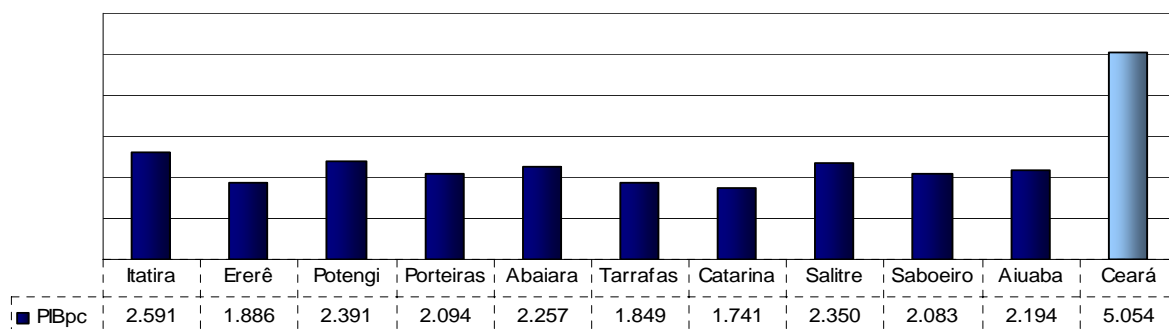
Tabela 1- Taxa de Escolarização % - Ensino Médio

Municípios	%
Itatira	20,02
Ererê	27,09
Potengi	10,81
Porteiras	24,70
Abaiara	31,90
Tarrafas	26,79
Catarina	38,30
Salitre	15,98
Saboeiro	27,43
Auiaba	28,90
Estado Ceará	37,36

Fonte: Perfil Básico dos Municípios 2008 – IPECE.

Conforme se observa,, o município com menor taxa de escolarização no ensino médio é Potengi, com um percentual de 10,81%, bem inferior a média do Estado, ao passo que o município de Catarina apresenta uma taxa de escolarização de 38,30 %, sendo um pouco superior à média estadual, que é de 37,36 %.

Por sua vez, no gráfico 14, são apresentados o PIB *per capita* de cada município dentre os 10 municípios com menor IDM no Estado, comparando-se com a média do PIB *per capita* do Ceará.

Gráfico 14 – PIB *per capita* dos 10 municípios com menor IDM do Ceará

Fonte: Perfil Básico do Município – 2008, IPECE

Observa-se que o PIB *per capita* desses municípios é bem inferior a média estadual indicando, portanto, a dificuldade que os jovens desses municípios possam enfrentar na inserção do mercado de trabalho dada a economia local pouco desenvolvida.

A partir dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – obteve-se o número de jovens de 18 a 25 anos nos 10 municípios com menor IDM, conforme mostra a Tabela 2 a seguir.

No total são 17.170 jovens entre 18 e 25 anos residentes nos Municípios de menor IDM, sendo que desses 2.177 possuem o ensino médio completo.

Tabela 2: Jovens de 18 a 25 Anos com Renda Inferior a 1/2 Salário Mínimo nos 10 Municípios Cearenses com Menor IDM em 2006

Municípios	Com Ensino Médio	Total
Itatira	243	2.834
Ererê	140	894
Potengi	54	1.207
Porteiras	432	2.165
Abaiara	249	1.227
Tarrafas	123	1.176
Catarina	180	1.405
Salitre	219	2.537
Saboeiro	268	1.930
Aiuaba	269	1.795
Total	2.177	17.170

Fonte: IPECE com base no CADÚNCO/MDS

6. Operacionalização da Proposta Piloto de Redução da Pobreza

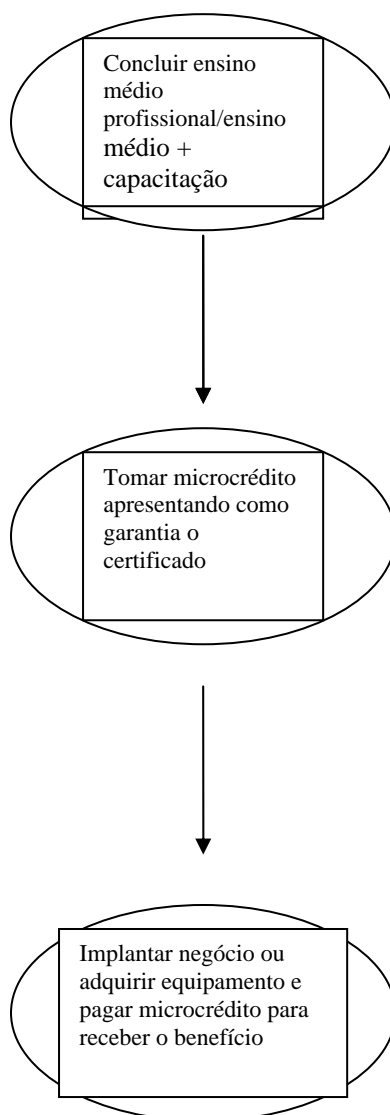
A presente proposta intitulada "Oportunidade para Jovens Cearenses" seria implementada pelo Governo do Estado do Ceará em parceria com uma Instituição Financeira, ou através de Agência de Fomento criada para tal fim. O objetivo seria o estímulo à conclusão do ensino médio e profissionalizante, uma vez que dos 17.170 jovens cadastrados no CADÚNICO nos municípios do projeto piloto, apenas 2.177 possuem o ensino médio completo. E, o crédito concedido ao término do curso ofereceria a oportunidade de acesso à implantação de seu próprio empreendimento no município onde reside.

Conforme já discutido anteriormente, a população alvo seria formada por jovens entre 18 e 25 anos de idade provenientes de famílias com renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo. O programa piloto seria destinado aos 10 municípios de menor IDM do Ceará.

Ao concluir o ensino médio profissionalizante ou o ensino médio tradicional mais apresentação de certificado de capacitação o candidato elegível teria direito a crédito junto à instituição bancária conveniada apresentando como garantia o certificado profissional.

Após a implantação do negócio e pagamento do microcrédito o candidato ficaria elegível ao recebimento de quantia oriunda do orçamento do Estado, que seria recebida em parcelas. O mecanismo do programa funcionaria da seguinte forma:

Figura 2: Mecanismo do Programa



Fonte: Elaboração Própria dos autores.

Para a implantação do programa piloto o Governo poderia criar agência de fomento que seria convênios com uma instituição bancária com agências nessas localidades além de cursos profissionalizantes e de

capacitação nos municípios elencados. O quadro seguir apresenta um quadro-resumo da proposta.

Quadro 1: Programa Oportunidade para Jovens Cearenses

Implementador	Governo em parceria com Instituições Financeiras e órgãos do município ligados a formação/capacitação
Objetivo	Estímulo à conclusão do ensino médio e profissionalizante e oferecer oportunidade de acesso a abertura do próprio negócio para jovens entre 18 e 25 anos.
População Alvo	Jovens entre 18 e 25 anos de idade proveniente de famílias com renda per capita inferior a ½ salário mínimo.
Piloto	Destinado aos 10 municípios de menor IDM do Ceará.
Método de Pagamento	Cartão de débito distribuído aos beneficiários após o pagamento do microcrédito.

7. Considerações Finais

O presente trabalho apresentou o tamanho da pobreza no Estado do Ceará além de uma proposta piloto de redução desse percentual com base na capacitação e no crédito. O público-alvo seriam jovens na faixa etária entre os 18 e 25 anos residentes nos dez municípios de menor IDM do Estado.

Conforme se observa, a partir dos 18 anos a família do jovem deixa de receber o benefício relativo ao bolsa família e é justamente nessa idade que ele precisa ter um estímulo adicional em forma de oportunidades, caso resolva entrar para o mercado de trabalho logo após a conclusão do ensino médio.

A proposta apresentada foi baseada na constatação que na faixa entre 18 e 25 anos ocorre uma estagnação na tendência de queda da

pobreza (ver Gráfico 12) e foi também inspirada na experiência de programas de outros países (ver Anexo 2).

No Ceará existem 113.282 jovens na faixa etária entre os 18 e os 25 anos com ensino médio completo de acordo com os dados do CadÚnico. Nos 10 municípios de menor IDM do Estado 17.170 jovens estão nessa faixa etária e desses apenas 2.177 possuem ensino médio completo. Portanto, o foco em jovens entre 18 e 25 anos residentes nos municípios de menor IDM funcionaria como um piloto que poderia ser posteriormente expandido.

O fundamental é firmar parcerias direcionadas com órgãos de ensino profissionalizante e de capacitação em áreas vocacionadas de cada município (agricultura, artesanato, etc) e que o certificado de capacitação seja condicionante para a concessão do crédito funcionando como uma garantia. O crédito seria concedido através da criação de uma agência de fomento¹³ para esse fim ou por intermédio de parcerias firmadas com instituições bancárias.

A presente proposta se somaria ao esforço do Governo do Estado do Ceará no incentivo à conclusão do ensino médio profissionalizante a exemplo do Programa Estadual de Educação Profissional¹⁴ e vai além do Pró-Jovem já que incentiva a conclusão do ensino médio.

A política proposta certamente não solucionaria o desafio da pobreza no Estado, mas a base na capacitação e no crédito e o foco na população jovem de determinada área se apresenta como uma real possibilidade de quebra do ciclo da pobreza por oferecer de oportunidade de entrada no mercado para aqueles que desejem abrir seu próprio negócio no município onde residem, evitando a migração e fortalecendo a cidadania.

¹³ Instituição financeira presente em vários países e em 12 estados do Brasil que opera prioritariamente com recursos próprios que são aplicados no financiamento de iniciativas compatíveis com a política de governo do Estado através de seus programas, e em parceria com Secretarias e outros órgãos. Os recursos são direcionados na oferta de crédito e financiamentos sem burocracia e em condições favoráveis de taxas, prazos e garantias.

¹⁴ Programa lançado em 2008 que é composto de uma rede de Escolas em período integral onde os alunos, juntamente com o ensino médio aprendem profissão de nível técnico e que inclui estágio remunerado em empresas privadas com salário pago pelo Governo do Estado. Até 2010 deverão ser inauguradas 100 escolas do gênero.

Referencias Bibliográficas

BARONE, M. et al. Introdução ao microcrédito. Conselho da Comunidade Solidária. Brasília, 2002. 65 p.

CARVALHO, E. B. S. "Ensinar a Pescar": APL como Política Alternativa de Redução da Pobreza. ANPEC Regional, 2009.

COELHO, F. C. Duas faces da mesma moeda: Alcances e Limites das microfinanças na luta contra a pobreza. Dissertação de Mestrado. FEAC. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

COSTANZI, R. N. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. Boletim de Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Brasília, n. 19, p. 21-26, jun.2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_019g.pdf>

CONTRERAS. D., Larrañaga, O., Litchfield,J., Valdes, A. Poverty and Income Distribution In Chile. New Evidence. Scielo Chile. Cuadernos de Economia. V. 38, no. 114. 2001.

DA ROSA, A. L. T. Microcrédito: Possibilidades e Limitações. Textos para Discussão nº 172. CAEN. Fortaleza, Ceará.

DEBETIR, E. e FONTANESI. D. F. Análise da Viabilidade do Microcrédito as Mulheres Assistidas pela Associação Brasileira Beneficente Cultural Educativa Assistência á Família – ABBECAF. Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento:Ações, Articulações e Agenda. Disponível em <http://www.rgs.wiki.br/index.php/biblioteca/doc_download/96-p285.html> . Petrolina – PE, maio 2009.

YOUNGER, Stephen. Review of "Reducing Poverty in Latin American and the Caribbean" by Sebastian Galiani. Cornell University. 2002.

ZIMMERMAN, J. M. and Moury, Y. Savings – Linked Conditional Cash Transfers: A New Policy Approach to Global Reduction. A Global Assets Project Policy Brief. New America Foundation, 2009.

WU, Ximing, Perloff, J. M., and Golan, A. Effects of Government Policies on Income Distribution and Welfare. University of California. Institute for Research on Labor and Employment Working Paper Series Berkeley. 2005.

YUNUS, M. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo. Editora Ática, 2000.

NERI, M. O mistério nordestino e o Grameen Brasileiro. Temas Sociais, Conjuntura Econômica, FGV. Rio de Janeiro, março 2008.

Índice de Desenvolvimento Municipal, 2006. Fortaleza; IPECE, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Itatira, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Ererê, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Potengi, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Porteiras, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Tarafas, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Catarina, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Abaiara, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Salitre, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Saboeiro, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal: Aiuaba, 2008.

Anexos

Anexo 1 - Perfil dos 10 municípios com menor IDM em 2006

Os 10 Municípios Cearenses com menor IDM em 2006										
<i>Características</i>	Itatira	Ererê	Potengi	Porteiras	Abaiara	Tarrafas	Catarina	Salitre	Saboeiro	Aiuaba
Caracterização Geográfica										
Situação Geográfica	Centro	Sudeste	Sul	Sul	Sul	Sul	Centro-Oeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste
Medidas Territoriais (Área absoluta - km ²)	783,35	382,73	338,72	217,57	179,91	454,39	486,86	889,82	1.383,47	2.434,41
Distância em Relação a Capital (km)	153	255	412	425	401	357	306	451	352	457,8
Aspectos demográficos e sociais										
Demografia										
População Residente - TOTAL (2000)	15.541	6.302	9.138	15.658	8.385	9.213	15.547	13.925	16.226	14.452
População Urbana - Número / %	44,16%	35,89%	43,61%	28,61%	38,26%	21,13%	41,58%	32,24%	48,06%	21,88%
População Rural - Número / %	55,84%	64,11%	56,39%	71,39%	61,74%	78,87%	58,42%	67,76%	51,94%	78,12%
Homens - Número / %	51,01%	49,98%	48,85%	48,83%	49,98%	49,88%	48,85%	50,99%	48,84%	50,16%
Mulheres - Número / %	48,62%	50,02%	51,15%	51,17%	50,02%	50,12%	51,15%	49,01%	51,16%	49,84%
Indicadores Demográficos										
Densidade Demográfica - Hab/km ²	21,08	19,6	27,43	82,67	46,1	20,51	26,82	17,54	12,03	5,87
Domicílios - Total										
Urbano	1.934	893	1.167	1.383	1.090	645	2.275	1.515	2.379	1.097
Rural	2.272	861	1.464	2.463	1.431	1.721	2.074	2.411	1.984	3.028
Saúde - Total unidades										
Público	6	6	7	7	4	3	7	5	5	7
Privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação										
Docentes	297	120	146	334	156	144	155	338	317	415
Matrícula Inicial	9.321	2.299	3.706	7.094	3.280	3.714	3.439	6.498	5.468	6.051
Salas de Aula	190	62	71	170	94	76	113	141	187	267

Escolas com Equipamentos - Total de Escolas	64	20	25	41	17 + 9	22	24 + 2	37	49 + 2	121
Escolas com Equipamentos - Biblioteca	10	2	2	8	3 + 1	1	3	2	2	1
Escolas com Equipamentos - Lab de Informática	7	2	1	1	1 + 1	0	1	0	2	0
Indicadores Educacionais no ensino fundamental e médio-2005										
Aprovação - Ensino Fundamental	85,20%	1	64,70%	88,60%	89,70%	79,50%	82,80%	66,60%	66,40%	76,50%
Aprovação - Ensino Médio	82,10%	86,20%	68,90%	69,10%	91,10%	87,20%	87,60%	77,00%	71,60%	74,70%
Reprovação - Ensino Fundamental	8,80%	16,10%	25,20%	8,50%	5,30%	14,60%	7,70%	19,70%	23,20%	13,00%
Reprovação - Ensino Médio	2,00%	5,30%	18,00%	11,00%	2,10%	3,50%	2,80%	1,50%	16,50%	4,00%
Abandono - Ensino Fundamental	6,00%	8,30%	10,10%	2,90%	5,00%	5,90%	9,40%	13,70%	10,40%	10,50%
Abandono - Ensino Médio	15,90%	8,50%	13,20%	19,90%	6,80%	9,30%	9,60%	22,00%	12,00%	21,30%
Repetência - Ensino Fundamental	12,90%	5,20%	38,60%	4,70%	7,50%	20,60%	11,30%	18,20%	28,90%	14,90%
Repetência - Ensino Médio	1,40%	8,40%	41,10%	7,90%	7,00%	9,20%	2,80%	*	3,70%	6,10%
Indicadores Educacionais Gerais - 2006										
Alunos por salas de aula - Município	78,33	46,92	84,23	63,34	43,73	95,23	65,59	74,69	45,57	50,85
Alunos por salas de aula - Estado	68,52	ND	68,52	68,52	68,52	68,52	68,52	68,52	68,52	68,52
Taxa de escolarização % - Ensino Fundamental(Município)	100	81,96	92,62	95,87	92,12	93,07	86,98	100	83,94	83,82

Taxa de escolarização % - Ensino Fundamental(Estado)	90,31	90,31	90,31	90,31	90,31	90,31	90,31	90,31	90,31	90,31
Taxa de escolarização % - Ensino Médio (Município)	20,02	27,09	10,81	24,7	31,9	26,79	38,3	15,98	27,43	28,9
Taxa de escolarização % - Ensino Médio (Estado)	37,36	37,36	37,36	37,36	37,36	37,36	37,36	37,36	37,36	37,36
Índices de Desenvolvimento										
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) - 2006	14,35	14,14	11,86	11,24	10,76	10,63	10,15	9,96	9,79	6,87
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) Fortaleza - 2006	89,56	89,56	89,56	89,56	89,56	89,56	89,56	89,56	89,56	89,56
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 2000	0,569	0,619	0,596	0,644	0,627	0,57	0,58	0,558	0,56	0,566
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) - 2005	0,3897	0,4322	0,3921	0,3863	0,3768	0,387	0,2972	0,2745	0,3379	0,3674
Infra-Estrutura										
Saneamento										
Abastecimento de água em 2006 - Taxa de cobertura d'água urbana (%)	47,46	100	94,38	99,02	83,59	97,83	92	79,38	44,28	72,84
Esgotamento Sanitário - Taxa de cobertura urbana de esgoto (%)	*	*	*	*	*	23,41	ND	24,45	2,38	*
Energia elétrica										
Consumo de Energia Eletrica 2006 (mwh)	3.857	2.063	2.813	5.390	3.274	2.334	3.387	2.553	3.976	3.392
Economia e finanças										

**Produto Interno Bruto (PIB)
- 2005**

PIB total a preços de mercado (R\$ mil)	43.008	11.727	23.333	33.609	19.626	15.996	31.014	34.615	34.792	33.398
PIB per capita (R\$ 1,00)	2.591	1.886	2.391	2.094	2.257	1.849	1.741	2.350	2.083	2.194
PIB por setor (%) -										
Agropecuária	29,84	21,56	13,68	14,54	11,66	12,32	10,76	28,48	13,95	20,68
PIB por setor (%) - Indústria	6,32	17,66	8,29	9,55	10,48	9,5	8,38	6	8,29	8,18
PIB por setor (%) - Serviços	63,84	60,78	78,02	75,91	77,85	78,18	80,86	65,52	77,77	71,14
Finanças Públicas										
Receita Municipal - Total valor corrente (R\$ mil)	15.550	6.530	8.947	13.575	8.305	7.365	13.256	12.448	12.287	12.007
Receitas correntes- valor corrente (R\$ mil)	14.143	6.362	7.072	12.506	8.305	7.078	12.190	11.975	12.255	11.946
Receita tributária - valor corrente (R\$ mil)	779	184	299	290	242	225	594	425	477	166
Despesa municipal - Total Valor corrente(R\$ mil)	17.443	6.473	8.929	13.470	8.169	7.758	13.293	12.748	12.647	12.025
Receita Estadual Arrecadada-2006 Valor corrente(R\$ mil)	90	21	220	134	94	90	222	96	148	123
Receita da União Arrecadada-2006 - Valor corrente(R\$ mil)	36	89	212	204	165	62	197	145	125	141

Anexo 2- Experiências de Outros Países - Programas Direcionados à Pobreza

	México: Oportunidades	México: Jovens com Oportunidades	Peru: PCA	Índia (Haryana): (Nossa Filha nossa Riqueza)
Implementador	Governo	Governo	Projeto Capital	Governo do Estado de HARYANA
Ano da Implantação	1997	2003	2003	1994
objetivos	Melhoria do ensino, saúde e ingestão mínima de alimentos entre as famílias pobres e modernização de seus padrões de vida.	Graduação no ensino superior e aumento das oportunidades de geração de renda para os participantes após a formatura no ensino médio.	Poupança para camponeses pobres e mulheres com o objetivo de investir e construir um patrimônio.	Redução da mortalidade infantil e redução de aborto de mulheres em idade escolar com aumento da frequência escolar e desestímulo ao casamento precoce (meninas devem ficar solteiras até os 18 anos de idade).
Alvo População	Domicílios extremamente pobres	Jovens matriculados em escolas públicas	Mulheres pobres do meio rural	Meninas nascidas de domicílios abaixo da linha de pobreza e famílias com mais de 3 crianças não são elegíveis.
Cobertura	5 milhões de famílias	330.000 jovens	30.000 contas de poupança	Não disponível
Beneficiário	Mãe	Jovens	Destinatário mulher	Destinatário Menina
Pagamento Método	Dinheiro distribuído nos pontos de pagamento ou depositado na poupança do beneficiário.	Pagamentos feitos para uma conta poupança.	Pagamentos efetuados para uma poupança	Quantia depositada na caderneta de poupança após 3 meses do nascimento da menina. O montante investido dobra em cinco anos e pode ser retirado pela menina na maturidade.

	Argentina: Programa Famílias	Bangladesh: FSSAP	Bangladesh: PESP	Bangladesh: ROSC	Colombia: Famílias em Acao
Implementador	Governo	Governo	Governo	Governo	Governo
Ano de Implantação	2002	1994	2002	2004	2001
Objetivos	Aumento da presença na escola, imunizações e exames bimestrais para as mulheres grávidas.	Aumento da presença na escola, evita casamento precoce (mantendo a condição solteira até a conclusão do ensino médio).	Maior atendimento escolar e melhor desempenho acadêmico.	Maior atendimento escolar e melhor desempenho acadêmico.	Complemento de renda para as famílias pobres, a fim de aumentar os gastos da família direcionados a alimentos; reduzir as faltas e abandono nos ensinos elementar e médio; aumento dos cuidados de saúde prestados a crianças abaixo de 7 e contribuir para a ingestão mínima de alimentos a crianças mais novas.
População alvo	Famílias beneficiárias do programa Jefes y Jefas destinado a desempregados com pelo menos duas crianças que não tenham concluído a escola secundária e mães solteiras que completaram a escola primária e que estejam inscritas em escola de ensino secundário.	Famílias pobres com filhos em idade de escola primária. Crianças que não tiveram oportunidade de participar de escola primária por residirem em áreas remotas e desistentes do ensino primário.	Famílias pobres com filhos em idade de escola primária.	Crianças que não tiveram oportunidade de participar de escola primária por residirem em áreas remotas ou por desistência.	Famílias extremamente pobres com filhos menores de idade entre 0-6 anos que não participam de outros programas governamentais ou menores entre 7-17 matriculados em escolas.
Cobertura	504.784 famílias	723.864 meninas	Mais de 5,3 milhões beneficiários por ano	500.000 crianças.	1,7 milhões de famílias (2007).
Beneficiário	Mãe	Estudante do sexo feminino	Pai ou responsável	Mãe ou responsável	Mãe
Método de Pagamento	Via com cartões de débito do Banco de la Nación Argentina.	Depósito direto para uma conta bancária em o nome da menina.	Transferência direta para conta do beneficiário	Transferência direta para conta do beneficiário	Através do sistema bancário.
Método					

	Equador: Bônus de Desenvolvimento Humano	Guatemala: Minha Família Progresso	Indonesia: PNMP Geral	Cidade de Nova York: Oportunidade	Nigeria: COPE
Implementador	Governo	Governo	Governo	Cidade de Nova York	Governo
Ano de Implantação	2003	2008	2007 (piloto)	2007 (piloto)	2008
Objetivos	Reduzir os níveis de desnutrição crônica e evitar doenças em crianças até 5 anos de idade; 80 por cento de desconto em tarifas para beneficiários entre 6-16.	Maior atendimento escola entre beneficiários crianças de idade 6-15; melhorar a saúde de mulheres grávidas e crianças de 0-16 anos de idade.	Melhorar a saúde materna, educação básica, e redução na mortalidade infantil através do aumento frequência da escolar e do acesso a serviços de saúde para crianças e mulheres grávidas. Com envolvimento da comunidade	Aumento do atendimento escolar e cobertura de saúde e emprego para domicílio de baixa renda.	Maior atendimento escolar entre crianças; cuidados pré-natais para mulheres grávidas e capacitação profissional.
Alvo População	Famílias com crianças em idade 0-16 nos países mais pobres e domicílios pobres com idosos e / ou deficientes.	Famílias Extremamente pobres com menores idade entre 0-15, vivendo nos municípios mais vulneráveis.	Famílias pobres com crianças pertencentes a subdistritos.	Famílias com renda familiar inferior a linha da pobreza linha, com pelo menos uma criança em idade escolar residente em distritos selecionados.	Órfãos e crianças vulneráveis.
Cobertura	1.060.416 famílias (a partir de Janeiro de 2006) ou 40% da população.	Cerca de 250.000 domicílios até o final do 2009.	178 subdistritos de cinco províncias, cobrindo aproximadamente 300.000 famílias pobres com crianças.	Aproximadamente 2.400 famílias e 5.700 crianças.	3.000 domicílios de 12 municípios piloto até o final de 2009.
Beneficiário	Mulher	Mãe	famílias beneficiárias	famílias beneficiárias	Mãe e membro designado.
Pagamento Método	Podem ser recolhidos em qualquer agência/escritório de Banred, Banco Agrícola.	Através de um banco do governo.	Famílias beneficiárias recebem transferências em dinheiro através dos correios.	Os pagamentos são depositados diretamente, através de contas bancárias ou cartões.	Via microfinanças em agências de comunidades locais.

	Panamá: Rede de Oportunidades	Peru: Juntos	Filipinas: Pantawid	Turquia: Risco Social - Projeto de Mitigação	Washington, D.C.: Ganhos de Capital
Implementador	Governo	Governo	Governo	Governo	Laboratório da Universidade de Harvard no Distrito de Columbia
Ano de Implantação	2006	2005	2008	2001	2008 (piloto)
Objetivos	Maior acesso aos serviços de saúde (imunizações para as crianças idades 0-5; visita à saúde básica prestadores de cuidados); educação resultados (ensino regular atendimento para crianças e participação em professor-pai conferências), e capacitação.	Fornecer beneficiário famílias com saúde, nutrição saúde, educação, e identificação documentos em fim de assegurar preventivas materno-infantil saúde e nutrição; diminuir desistentes, promover registro e identificação processos.	Maior acesso às serviços de saúde para crianças e mulheres escola e aumentar taxas de inscrição.	Aumento da matrícula escolar; redução da taxa de mortalidade infantil e de doenças entre crianças de 0-6, cuidados pré-natais e básicos de saúde e serviços de nutrição; evitar a gravidez de risco fornecendo exames e vacinação, e tratamentos pré e pós-parto.	Melhorias acadêmicas realização, escola atendimento, e comportamento entre alunos baixo desempenho escolas.
Alvo População	Famílias que vivem abaixo da linha de pobreza.	Famílias pobres com filhos menores de 14 anos idade.	domicílios pobres com crianças menores de 5 anos de idade e / ou mulheres grávidas além de famílias pobres com crianças com idade de 6-14.	Famílias pobres com crianças de 0-6 anos no ensino primário ou ensino secundário, e mães pobres grávidas.	Alunos de escolas públicas.
Cobertura	Aproximadamente 16,6 por cento da população (70.000 domicílios) em todo país.	453.823 (a partir de Junho de 2008).	380.000 famílias em 140 dos municípios mais pobres de 10 cidades.	855.906 famílias (2,5 milhões beneficiários, ou 2,8 por cento da população).	Alunos de 14 escolas de ensino médio no Distrito de Columbia.
Beneficiário	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe	Estudante
Método de Pagamento	Banco.	Via conta bancária do beneficiário no Banco de la Nación e cartão de débito	Banco da Terra Filipinas (cartões de dinheiro e folha de pagamento). Pagamentos realizados bimestralmente utilizando e pontos de ATMs.	Através de instituições bancárias e serviços postais em áreas sem banco.	Depositado diretamente em conta poupança do estudante no SunTrust Bank.

	Colômbia : SCAE	Republica dominicana: Solidariedade
Ano de Implantação	2005 (piloto)	2005
Objetivos	Assegurar a saúde materna preventiva além de saúde infantil e nutrição, e reduzir o número de desistências escolares bem como promover o registro de nascimento.	O aumento da matrícula escolar entre estudantes de idades 6-16; melhorar a nutrição e redução de doenças evitáveis entre as crianças em idades de 0-5 anos; assegurar níveis mínimos de alimentos consumo e promover o registro de nascimento.
População alvo	Os estudantes pobres nas classes 6-11.	Famílias que vivem em extrema ou moderada pobreza com crianças de 0-16 ou adultos 16 anos ou mais sem registro de nascimento.
Cobertura	10.000 beneficiários.	461.446 famílias (dezembro 2008)
Beneficiário	Estudante	chefe de família
Pagamento	Via cartão de débito distribuído para beneficiários.	Via cartões de débito, que podem ser usados apenas em certas lojas para alimentação e material de ensino.
Método		

	Jamaica: PATH	Paraguai: Tekoporã	Tanzânia: Comunidade Baseado CCT
Implementador	Governo	Governo	TASAF(Banco Mundial e
Ano de Implementação	2001	2005	2008 (piloto)
Objetivos	Melhoria nos níveis de educação e saúde da população pobre, redução do trabalho infantil com exigência que as crianças tenham presença mínima na escola.	Incentivar o investimento em capital social através da matrícula escolar e aumento do acesso a serviços de saúde para as crianças	Mitigar os efeitos do HIV / SIDA nos agregados familiares.
Alvo População	Crianças de 0-19 (ou até formatura curso secundário escolar); pessoas pobres com idade maior do que 60 anos; grávida ou lactantes até 6 meses após o parto; pessoas com deficiência; adultos pobres.	Famílias classificadas como extremamente pobres, com crianças com idade inferior a de 15 ou mulheres grávidas que residem nos mais pobres distritos do Paraguai.	Agregados familiares que são muito pobres, que não recebem benefícios, incluindo idoso, pessoa órfã e crianças vulneráveis.
Cobertura	300.000 pessoas (12 por cento da população a partir de Setembro de 2008).	4.324 beneficiários agregados familiares, a partir de agosto 2006.	2.000 famílias, ou uma estimativa 6.000 beneficiários.
Beneficiários	Responsável pela família	Mãe	Sem informação
Método de Pagamento	Cheques pagos através de cartões pré-pagos em dinheiro.	Caixa móvel	transferências através de telefones móveis.